O movimento operário em Lourenço Marques 1910-1927

José Capela

A partir dos finais do século passado, e até cerca de 1927, desenvolveu-se em Moçambique, mais propriamente em Lourenço Marques, o que pode dizer-se um genuíno movimento operário, com manifestações susceptíveis de despertarem a atenção, e exigitivas de uma investigação daquilo que não deixa de apresentar-se como elemento indispensável à compreensão desse período. Período que é um tempo histórico nevrálgico relativamente à implantação definitiva do sistema colonial naquela parte de África.

Foi em 1892 que começaram a surgir, em Moçambique, as primeiras grandes companhias, as majestáticas e outras, com o capital internacional de que eram a implantação local. Arrancavam os primeiros aglomerados urbanos, Lourenço Marques e Beira, à sombra do desenvolvimento dos portos e caminhos de ferro respectivos e, na segunda destas duas cidades, a Companhia de Moçambique lançava as bases do que haveria de ser o desenvolvimento, com ocupação europeia, dos territórios de Manica e Sofala. Não obstante o carácter predominantemente especulativo com que as administrações europeias de tais companhias se prevaleciam para remuneração dos capitais realizados.

Na Zambézia, era a Companhia do mesmo nome e todas as outras que se lhe sucederam, a ocuparem, com as plantações, o mais e o melhor de um ubérrimo território, dando vida nova aos antigos prazos da coroa. E foi em 1895 que surgiu, em Lourenço Marques, a primeira associação de classe de Moçambique e também uma das primeiras de toda a África: A Associação de Classe dos Empregados do Comércio e Indústria. Certamente que com carácter mais de mutualidade e de recreação, mas afirmadamente associação de classe.

Ainda antes de proclamada a República, mais precisamente em 1907, surgiria o primeiro periódico de cariz operário, feito por trabalhadores e especialmente dirigido a assalariados, o bissemanário «Vida Nova». Este terá sido o primeiro de uma série de periódicos genuinamente operários que se sucederam em Lourenço Marques paralelamente com as associações de classe, entretanto multiplicadas. Extinto um nas dificuldades criadas pela fragilidade do movimento operário local e nos problemas criados pela luta de classes, ténue embora, outro surgia, transitando os militantes de título para título enquanto alimentavam a constante da defesa dos direitos do trabalho perante o capital, não obstante as ambiguidades e contradições em que se viam envolvidos e a evolução das opções políticas por que passaram alguns deles.

Foi assim que ao jornal «Vida Nova» sucedeu, em 1911, «Os Simples», publicado até 1913 e que se dizia saído da greve do

José Capela. Adido cultural à Embaixada de Portugal em Moçambique. Investigador e autor de trabalhos sobre temas de história colonial.

Esta "HISTÓRIA" nº 15 . Jan. 1980
Edição de "O JORNAL"

pessoal dos eléctricos ocorrida naquele mesmo ano. Extinto, ao que parece por dificuldades financeiras, é substituído, em 1914, por «O Germinal» que, tal como o anterior, se afirmava expressamente «jornal operário». Saiu a público até 1918, quando a penúria material e humana obrigou à sua suspensão que foi, também, a sua extinção. Em finais de 1919, porém, surgiu «O Emancipador», dito «socialista» mas que, em 1924, viria a ressurgir como «semanário operário». Passando pelas maiores vicissitudes, publicar-se-ia até Julho de 1937, data em que foi definitivamente suspenso. Foram estes jornais que animaram o movimento operário em geral, em Lourenço Marques, o associativismo de classe e algumas das greves desencadeadas, em especial.

Além da Associação dos Empregados do Comércio e Indústria, com vida intensa ou anódina, existiram ao longo das duas primeiras décadas do século, as associações de classe do Pessoal do Porto e Caminhos-de-Ferro de Lourenço Marques, dos Metalúrgicos, dos Trabalhadores da Construção Civil, dos Funcionários Civis, dos Chauffeurs, dos Gráficos, do Pessoal dos Eléctricos, além da Casa dos Trabalhadores e do chamado Sindicato Geral e outras uniões interprofissionais que, em momentos de crise, procuraram ser motor do movimento operário. Na Beira existiu a Associação do Pessoal da Companhia de Moçambique.

A vitalidade deste movimento operário torna-se patente, igualmente, através das greves que se desenvolveram em Lourenço Marques, na Beira e no Niassa. Em 1911 e 1920, do pessoal dos eléctricos; 1917, 1920 e 1925, dos ferroviários; 1919, do pessoal da Casa Le May; 1920, dos alfaiates; 1921, do pessoal da Casa David George; 1924, do pessoal da Companhia do Niassa; 1925, do pessoal da Companhia de Moçambique.

Natureza e carácter do movimento

A primeira questão que se põe, naturalmente, perante estes dados de facto, é a de saber da natureza e do carácter deste movi-

Panorama de Lourenço Marques (actual Maputo) no começo do nosso século, quando era ainda um pequeno entreposto comercial

mento operário. Antes de mais, torna-se necessário esclarecer que se trata de um movimento operário animado por sindicalistas e militantes portugueses, provenientes do Portugal continental, a Metrópole colonial de então, de onde, e pelos mais diversos motivos, incluindo os da perseguição política, tinham emigrado para Moçambique.

Este movimento nada tem a ver com a realidade sociológica africana e nem sequer abarca o proletariado africano, em vias de formação. É, por isso mesmo, fecundamente ilustrador do grau de desenvolvimento das forças produtivas locais, quando o moderno capitalismo financeiro, industrial e de plantações dava os primeiros passos em Moçambique. Do ponto de vista ideológico, reproduzia, em Moçambique, e à escala reduzida, o que se passava em Portugal. Um movimento operário, portanto, que se transferia paralelamente ao capital em implantação colonial. Assumindo ele mesmo a sua condição de colonial, ao ignorar a nova e distinta realidade com que se defrontava e ao manter-se dentro dos varais estreitos que lhe punha a reprodução miniatural do movimento operário metropolitano. Essa foi, certamente, a maior contradição com que se debateu e condição da sua ineficácia e da sua morte definitiva às mãos do Estado Novo.

★

Não há dúvida, de harmonia com a documentação disponível, de que os sindicalistas mais conscientes e activos em Lourenço Marques, até 1927, se reclamavam de anarquistas e libertários. Havia-os, também, que antepunham a quaisquer outras a sua qualidade de republicanos, de socialistas e de socialistas revolucionários. Alguns, conforme as circunstâncias, davam-se a si mesmas, sucessivamente, todos esses atributos e passaram quer pelas associações de classe, quer pelo Centro Socialista Revolucionário (ou simplesmente «Centro Socialista»), pela Casa dos Trabalhadores e pela Imprensa Operária. Mas nenhum dos militantes mais notórios surge nos Centros Republicanos, facto alegadamente devido ao carácter tipicamente burguês destes. Se bem que as associações operárias de classe se tivessem, por vezes, aliado aos Centros Republicanos em acções comuns de frentes anti-reaccionárias e eleitorais, Os sindicalistas mais em evidência, quando se afirmavam republicanos, faziam-no com o pressuposto de atitude contra a restauração da monarquia e mantendo distância relativamente à burguesia republicana. Quando, em Agosto de 1915, se fizeram diligências para a união de todos os centros políticos da cidade em um só, *O Germinal* (31 de Agosto), afirmando haver dois grupos principais de republicanos, concluía não poderem os socialistas e os libertários fazerem parte da união republicana projectada porque lho não permitiam os seus princípios. Defendia, então, para eles, a formação do que chamava a Liga Liberal, tudo indicando que, na sua expressão, liberal era sinónimo de libertária. De facto, os operários organizados e conscientes de Lourenço Marques, nas décadas de 10 e 20, mantiveram-se numa atitude bastante oscilante de adesão aos princípios do Partido Socialista Português e quando neste se pôs a questão da participação ou não num governo republicano, seguiram os socialistas do Norte do País que defendiam a abstenção. Se, localmente, vieram a apoiar um candidato socialista a eleições legislativas, acabaram sempre a evidenciar a sua fé anarquista. Perante a revolução de Outubro e o aparecimento do Partido Comunista Português, tal como os seus pares em Portugal, mantiveram-se hesitantes. Jamais deixaram de emprestar o seu modesto apoio à revolução e, na esteira de *A Batalha,* procuraram rebater o noticiário desfavorável da restante imprensa, no seu jornal, que era, então, *O Emancipador.* Aliás, a revolução, a avaliar pela maneira como a ela se referiram, representou um estímulo para os seus ideais e para a sua militância.

Em Março e Abril de 1920, foram publicados em *O Emancipador* três artigos especialmente elucidativos sobre a mentalidade dos elementos preponderantes no meio operário local. Um assinado com o pseudónimo de «Foger», e os outros por João Vás (pseu

dónimos de Raul Neves Dias, um dos fundadores de *A Batalha,* em lisboa, e, mais tarde, director da Imprensa Nacional de Lourenço Marques?), que de si mesmo se dizia um novo na Colónia mas também um prático, com cinco anos de luta activa nas primeiras linhas do operariado lisbonense e outros cinco como modesto soldado na imprensa e na acção da causa socialista. O primeiro acreditava piamente que ninguém poderia afastar «o povo trabalhador da acção directamente revolucionária, única que o há-de emancipar da tutela capitalista...» Depois de afirmar que o povo está desiludido das habilidades *politiqueiras,* passa a desenvolver a tese de que o colectivismo *possibilista* de Robert Owen e de muitos outros dos seus seguidores «perdeu a oportunidade em presença da nova fase que tomaram os problemas sociais, mercê dos acontecimentos de carácter económico-social que brotaram com a recente guerra». O próprio Owen — prossegue — se fosse vivo, seria o primeiro a reconhecer a inutilidade das suas teorias e a pô-las de parte, abraçando «as novas ideias revolucionárias, que farão tombar mais depressa a actual sociedade burguesa». A prova disso estava, justamente, na revolução russa. A concluir, entende «que quem quiser contribuir, presentemente, para a emancipação das classes trabalhadoras, terá que tomar o caminho da acção revolucionária, e eis uma das razões por que somos 'Socialistas Revolucionários'».

Os artigos de João Vás põem o problema extremamente curioso de saber «... qual a missão que ao socialismo local competirá num Amanhã que se pode reputar próximo». Para o articulista, a reposta simples: coadjuvar a revolução quando ela se verificar no ocidente europeu. Coadjuvação que «será, naturalmente, só económica, porque lícito é supor que, uma vez em regime socialista a metrópole distante, não haverá aqui quem tenha a atrevida veleidade de manter um regime diferente». A partir daqui, é com o maior à-vontade que prevê a revolução na França, Inglaterra e Espanha, não podendo a ela subtrair-se, então, Portugal. E desde que a Inglaterra — prossegue a cândida visão — «siga tal regime, não cremos que burguesia da vizinha União (da África do Sul) consiga vencer a imperiosa vontade do seu operariado, que já se revela claramente nos seus últimos congressos e na sua mais recente forma de agir (e que) é a de realizar a mais fundamentada e radical socialização da riqueza». O mais interessante é que, entendendo não ter a burguesia local forças para se opor à revolução, se interroga sobre se os naturais moçambicanos não procurariam a ocasião para se separarem dos seus dominadores. E responde, peremptório: «De modo algum, decerto, pois o triunfo do ideal socialista daria ao preto o lugar a que na Sociedade Humana tem direito, e quaisquer veleidades de resistência, *por esta terra ser a sua,* demonstraria uma noção imperialista que teríamos de combater ainda com mais vigor do que uma reacção burguesa».

Era a utopia da revolução universal para amanhã. Em resposta a uma carta aberta ao operariado da colónia, do dr. Seiça, que não entendia a finalidade da agitação (referência, certamente, à greve ferroviária) João Vás esclarece «o nosso objectivo». Que não era o de uma revolução imediata com o fim de derrubar o Estado. E insistia: «... uma vez feita a Revolução em Portugal ela seguir-se-á aqui, tendo-a precedido, certamente, a revolução sul-africana». A hora de abater o Estado soaria. De por ora tratava-se apenas de melhorar a situação do operariado. Com a defesa da acção directa está à vista a crença na revolução mundial, o ideal anarquista deste «socialista».

O aparecimento do Partido Comunista Português obrigava, expressamente, e também em Lourenço Marques, ao que *O Emancipador* (29 de Agosto de 1921) chamou de uma «definição de ideias e atitudes». E era justamente sob o título «Definição de Atitudes» que iniciava uma anunciada série de artigos dos quais parece só ter sido publicado este primeiro. Lastima-se da abstenção dos socialistas no acto eleitoral. Mas se condena a abstenção eleitoral, também discorda da atitude diametralmente oposta, o enfileiramento aberto nas hostes

Aspecto de uma manifestação de regozijo em Moçambique por ocasião da proclamação da República Portuguesa, em Outubro de 1910. Muitos elementos republicanos viviam então naquela colónia

anarquistas. O jornal tinha-se na conta de socialista independente, não partidário, e nele se reflectiam, assim, todas as contradições. Neste momento pretendia dos centros socialistas locais, cuja existência diz ser apenas nominal, um activismo consequente.

Mas as «ideias bolchevistas» começavam a pairar, como fantasma para as autoridades, em Moçambique. Alguns grevistas da greve ferroviária de 1920, em Lourenço Marques, deportados e detidos na Fortaleza da Ilha de Moçambique, foram ali interrogados exactamente acerca delas. *O Emancipador* procura desfazer a confusão, esclarecendo ninguém perfilhar «em absoluto» ideias bolchevistas, tratar-se apenas de operários reivindicando salário melhor «embora a Rússia seja um estímulo para as classes do povo se libertarem da escravidão capitalista». E é a mesma edição (7 de Fevereiro) que, eivada de simpatia, dá a notícia da fundação do Partido Comunista Português: «Fundou-se em Portugal o Partido Comunista, que tem um programa muito parecido, na sua essência, com a fórmula dos sovietes.»

Umbilicalmente ligados à corrente que, em Portugal, se expressava através de *A Batalha,* os sindicalistas de Lourenço Marques, por essa razão e até pela carência de informação adequada, dificilmente poderiam contar entre si, nos princípios da década de vinte, com partidários do que designavam pela «fórmula soviética». E precaviam-se contra supeições de que pudesse ser portador o novo alto-comissário, o dr. Brito Camacho, nomeadamente as que a greve de 1920 pudesse ter suscitado. Com efeito, dizia o fundo de *O Emancipador* de 28 de Março de 1921, sob o título de «Palavras Calmas»: veria Sua Ex.ª que não havia «agitadores perigosos» em Moçambique e constataria não «imperar o bolchevismo entre a população operária». A questão social, se existia, era «muito amortecida».

Autonomia sindical

Em 1921, era clara a posição tomada pelo Sindicato Geral das Classes Trabalhadoras. Nada de alinhamentos com a burguesia comercial quando esta protestava, em

comício, contra a especulação cambial do Banco Nacional Ultramarino. Protesto do operariado, também ele afectado, sim, mas com acção própria. Por ocasião da formação do 32.º governo republicano, em Outubro, e após os assassinatos de Granjo, Carlos da Maia, Machado dos Santos, etc., nova afirmação da autonomia sindical e, agora, também, o lançamento do maior descrédito sobre o regime republicano. E, em Novembro, o Sindicato Geral publicava um comunicado inequívoco, sob o título «Os operários e a Política». Pretendia situar-se em posições claras; para isso, afirmava, solenemente, o seu alheamento de todas as manifestações políticas e de qualquer acordo com partidos políticos. Limitava-se a, «pelos meios que lhe são próprios, defender o operariado dentro de um campo puramente económico».

É claro que uma incapacidade notória de análise, especialmente no que respeitava à situação internacional e motivada também pela distância que separava este punhado de sindicalistas imbuídos de boa dose de ingenuidade dos grandes centros de decisão do imperialismo, levava a apreciações e prospectivas que hoje se nos afiguram pura e simplesmente ridículas. Mas que, por outro lado, nos dão a percepção exacta da mentalidade à volta de um ideal, que o era em toda a acepção da palavra.

Em 28 de Janeiro de 1924, comentando o acesso ao poder do partido trabalhista britânico. *O Emancipador* concedia umas dezenas de anos para que «o regime burguês se tenha esboroado em todo o mundo, e o operariado depois de tantos séculos de escravidão, assuma a gerência directa da vida social...» Já tão tarde como em 1929, ainda se definia o sindicalismo como «a tendência da classe operária organizada a emancipar-se, por meios próprios, directos e revolucionários, da tutela política e capitalista».

Racismo

Um dos capítulos onde melhor se pode testar a natureza das relações dos sindicalistas com a sociedade, é o da sua posição perante o colonialismo e o racismo.

Ao contrário do que à primeira vista poderá parecer, a avaliação dessa atitude não se torna fácil porque envolve o conhecimento exacto do grau de evolução das forças produtivas, das classes e fracções de classe em presença, o tipo de inserção do colonialismo português no imperialismo tal como este se desenvolvia então, a utensilagem teórica disponível na altura.

É demasiadamente fácil afirmar ligeiramente que estes sindicalistas eram racistas. E mesmo que déssemos de barato como boa tal asserção, restaria por explicar o que também se teria que admitir como flagrante contradição: uma consciência de classe apurada e frequentemente manifestada, posições abertamente radicais de incompatibilidade com o capital, isto por um lado e, por outro, a ignorância (ou o esquecimento? cómodo? consciente, inconsciente?) da situação das massas africanas e estas, na cidade onde se manifestava esse sindicalismo, já subproletarizadas em quantidades que não podiam passar desapercebidas.

Ora, dados como, por exemplo, os indispensáveis ao estudo do desenvolvimento do capitalismo em Moçambique para a época em apreço ainda nem sequer foram sistematizados pela investigação empírica que está, na quase totalidade, por fazer.

Do que se sabe, porém, pode admitir-se que o pequeno número de sindicalistas portugueses em Lourenço Marques era absorvido pelo estrato europeu da população citadina e só é de espantar que não se tivesse deixado diluir a sua consciência de classe dentro dela.

Como mera hipótese dir-se-á que esses trabalhadores portugueses, ao virem para Moçambique, traziam consigo, como segunda natureza, o aguerrido espírito de luta que caracterizou manchas assinaláveis do proletariado português nos últimos anos da monarquia e nas duas décadas da República. Esse espírito de luta, uma vez na colónia africana, mantinha-se inalterável em todos os seus aspectos. Nas coordenadas que o en-

quadravam, na fogosidade com que se expressava. Mas era incapaz de equacionar a situação em sociedade radicalmente diferente. Porque o peso da matriz que o gerara se mantinha desproporcionadamente, porque o estrato europeu da sociedade local o envolvia e isolava nas relações sociais e de trabalho e, porque, proletariado embora, o distanciamento quantitativo de tipo cultural e o privilegiamento material de que beneficiava, impediam liminarmente relações estreitas com o subproletariado africano.

Os sindicalistas portugueses de Lourenço Marques sempre que se expressavam em termos doutrinários, decalcavam sistematicamente os modelos de análise e até o discurso teórico que conheciam de Portugal. Tudo leva a crer que nem sequer chegaram a perceber o fenómeno colonial na sua especificidade.

Torna-se necessário, no entanto, recordar que o colonialismo e o imperialismo estavam longe de fazerem parte da vulgata das denúncias públicas e militantes. Só muito mais tarde se veio a sentir a enorme influência que o marxismo e o leninismo exerceram na cultura ocidental, nesse sentido, e o enquadramento que conseguiram para a tomada de consciência generalizada acerca da verdadeira natureza das relações coloniais. E não seria certamente um pequeno punhado de sindicalistas portugueses deslocados em Lourenço Marques que, nas duas primeiras décadas do século, iria teorizar (e agir em conformidade) o colonialismo e o imperialismo que, então, e só então, se implantava verdadeiramente aí onde eles estavam.

Os sindicalistas foram, assim, pontualmente confrontados apenas com casos sobre os quais tiveram que se pronunciar. E é dessa casuística que podemos extrair notícia das suas reacções. Não obtendo, portanto, qualquer coisa como um corpo ideológico estruturado, mesmo que subjacente, mas uns tantos dados que apenas nos permitem caracterizar como fluida o que não ultrapassava reacção quase espontânea a confrontação que era, certamente, permanente, na área dos conflitos de raça. Reacção que, por isso mesmo, resultava contraditória. Porque nem a formação política dos sindicalistas era unívoca, nem essa disparidade política os subtraía aos efeitos da sua condição de parte integrante do estrato europeu, nessa altura, certamente, sob a bitola uniforme de uma pequena burguesia colonial e, como tal, instalada nas benesses materiais e na consequente mentalidade racista que lhes foram próprias.

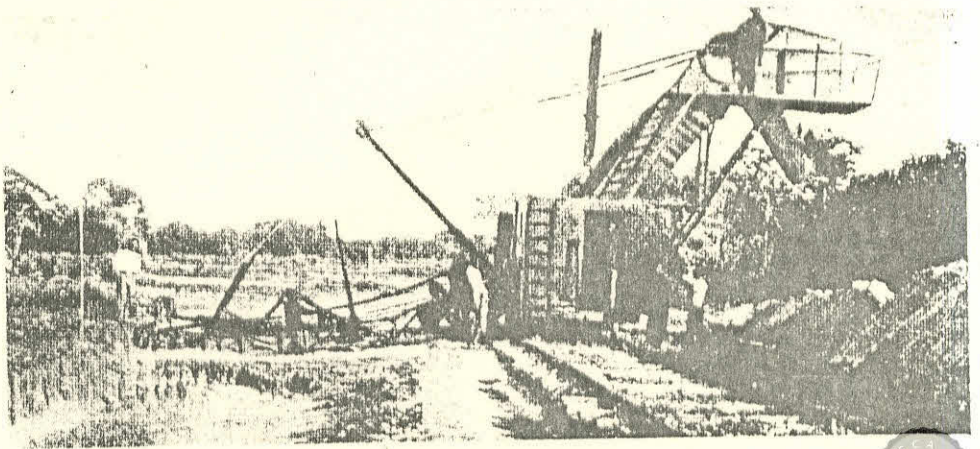
De um ponto de vista puramente cultural, os sindicalistas integravam-se perfeitamente na média dos europeus, quando ainda a cultura ocidental não abdicara dos seus padrões europocêntricos. De um lado a civilização por antonomásia, do outro a selvajaria. De um lado os civilizados, do outro os selvagens a instruir e civilizar. Mas quem reconhecia, então, à África ao sul do Sara categorias de cultura e de civilização próprias? Daí ao racismo e ao paternalismo não restavam quaisquer distâncias.

Em artigo não assinado e sob a rubrica «Questões Sociais», in *Os Simples,* de 27 de Março de 1911, dizia-se que «o problema económico de Moçambique reside na instrução indígena». Contra a ideia por certo prevalecente defendia-se que as raças aborígenes não deveriam ser eliminadas ou absorvidas à «maneira anglo-saxónica». O que haveria a fazer era «pensar positivamente em integrá-las na civilização». Ainda remando contra a maré considerava-se a raça negra, tal como todas as raças, «suscepível de cultura». Só que a Europa levara séculos a assimilar a sua civilização. E esta não estava a ser transmitida às raças aborígenes a quem não tínhamos dado os meios «que podem desenvolver a civilização»: estradas, escolas. «Obrigamo-las, sim, a contribuir para a manutenção do Estado, sem em troca lhes concedermos coisa alguma». Denunciava-se que enquanto a receita pública de Moçambique quase atingia os seis mil contos de réis, apenas doze ou catorze contos se destinavam à instrução, isto é, três décimos por cento enquanto para o exército ia mais da quinta parte. O articulista defendia que «a educação tem de fazer-se integral, mas visando de preferência as fa-

culdades criadoras e assimiladoras do indígena». De qualquer maneira, o moçambicano de raiz era encarado em subalternidade, nesta altura quase um século passado sobre a própria legislação liberal que idealmente lhe atribuíra o estatuto legal de cidadão a tempo inteiro. Com efeito, entendia-se que «o ensino para o indígena tem de ser profissional e agrícola, sem contudo se descurar a educação intelectual, que se reduzirá ao indispensável do *saber ler, escrever e contar*». E isto porque «a agricultura, base da riqueza da Província, deverá ter na educação o seu principal lugar».

De per si só, este pequeno artigo dá bem ideia dos equívocos em que os sindicalistas estavam metidos pelo simples facto de não disporem de uma análise correcta do sistema. E a contradição vai ao ponto de não divergirem grandemente da burguesia que denunciavam constantemente nessa questão então fundamental da criação de disponibilidade de mão-de-obra. E que assim era, prova-o o facto de *O Germinal,* já em 1915, estar nada mais nada menos do que a apoiar a causa de um agricultor que se queixava de que o secretário da administração do Bilene não atendia convenientemente as suas requisições de mão-de-obra.

É evidente que o paternalismo incontestável e as pelo menos esporádicas manifestações de racismo não radicavam, tão simplesmente, na carência de instrumentos de análise. Derivavam, igual e imediatamente, do estatuto omnipresente de casta privilegiada com que o estrato europeu da sociedade local sempre se prevaleceu, e de maneira radical, e que estava na base da prosperidade material que exibia e com que se locupletava, do mesmo passo projectando para dentro e para fora de si a consciência artificiosamente construída da superioridade rácica. Apesar do carácter de tácito com que, a nível institucional, tal estatuto se revestia, isso mesmo ficou translúcido num artigo assinado por Afonso Silvares publicado em *O Germinal* de 30 de Outubro de 1917. Nesse pequeno artigo, o autor põe justamente o problema de saber até que ponto seria aplicável em Moçambique o «sistema igualitário» constante do programa dos socialistas portugueses. Ainda no meio dos maiores equívocos, Silvares entende que os trabalhadores só tinham que seguir, como sequência do regime que surgiu da revolução de 5 de Outubro de 1910, a política socialista. Mas anotava que este partido já de há muito tinha o seu programa elaborado e «a sua contextura social amplamente definida» pelo que, naturalmente, admitia no seu seio ho-



A técnica, posta em pequena escala ao serviço das actividades económicas de Moçambique, não motivou a formação de um verdadeiro proletariado local. Na gravura, a construção de uma linha férrea

mens de todas as raças. E interroga-se: «... como poderemos nós aqui, onde existe uma população tão variada e cosmopolita, sujeitar-nos à inspiração e dimanação de princípios igualitários que vêm estabelecer entre raças absolutamente diferentes uma diferenciação de usos e costumes que muitas vezes nos vemos obrigados a combater?»

Era, claramente, a colocação do problema racial formulado embora com alguma confusão e não menor má consciência. Por um lado, incapacidade de análise, sim, por outro a pressão irreparável do contexto social prevalecente. O que leva o autor a avançar, agora sem hesitação: «Quem tenha verdadeiro conhecimento da maneira como vivem entre nós diferentes raças do Oriente não pode, como nós, conceber que a estas possam ser dados os mesmos direitos e as mesmas regalias que dadas são aos europeus, e assim, o princípio igualitário defendido e propagado pelos intelectuais do socialismo tem de sofrer uma restrição que contraria na sua essência uma das principais virtudes compreendidas no programa socialista, porque, se as necessidades não são as mesmas, os usos e costumes não são os mesmos também, estabelecido o sistema igualitário a rigor, colocaria a raça europeia num grau de inferioridade abominável».

É bem certo que raras vezes os sindicalistas se manifestaram tão cruamente racistas, na defesa se um *status* de superioridade para a «raça europeia», assim dita, exactamente. Mas não será difícil aceitar que tal *background* cultural e social se tivesse mantido dominante para a generalidade dos sindicalistas tal como se manteve para a restante comunidade europeia em Loureço Marques.

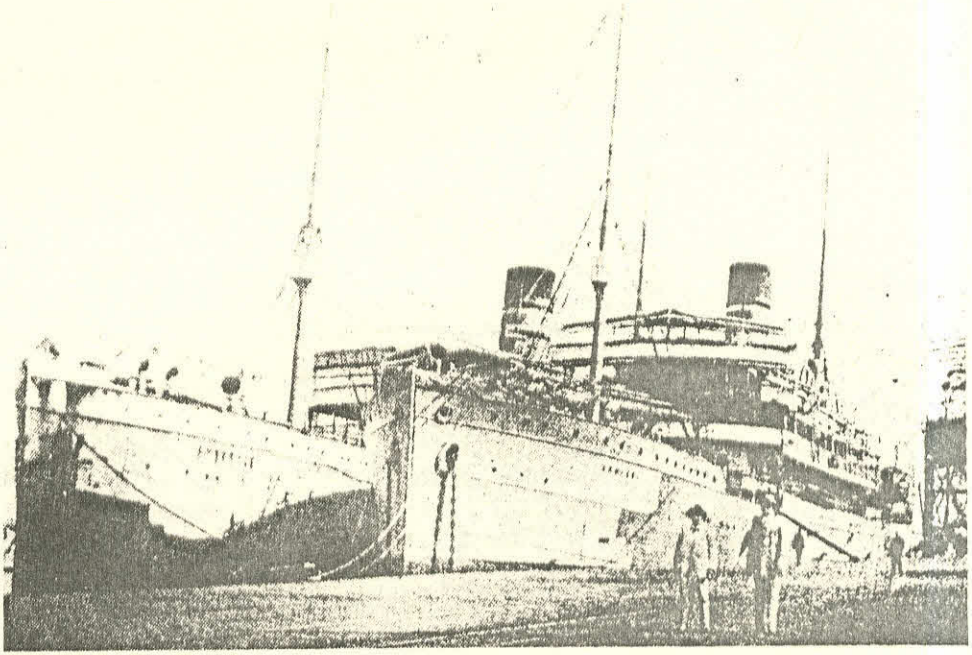
O mais curioso é que Afonso Silvares que tão claramente expressava um ponto de vista racista, admitia, logo a seguir, ser este problema uma das causas «do pouco desenvolvimento do ideal socialista entre nós». Embora o insinue e esteja à vista, não se atrave a reconhecer a incompatibilidade existente na defesa simultânea de privilégios de classe e de casta, por um lado, e do socialismo por outro.

É certo que as posições dos sindicalistas não foram uniformes nem entre si nem ao longo do tempo. Chegaram mesmo a utilizar terminologia de condenação frontal do racismo, embora o mesmo se não possa dizer do colonialismo, pelo menos tal como hoje o entendemos. Mas o que se não descortina é que o tenham feito como exigência das suas próprias convicções e, muito menos, como parte integrante da sua *praxis*. Fizeram-no, isso sim, sempre que, de alguma maneira, foram provocados de fora. O que, desde logo, levanta a suspeição de estarem a contas mais com uma má consciência do que com uma estratégia ou táctica consequentes. Foi o que aconteceu em polémica de *O Emancipador* com *O Brado Africano*, em 1920, e em que aquele se proclamava defensor «dos direitos da escravizada raça negra» replicando ao último, a quem acusava de estar do lado da gente do Grémio.

Colonialismo

Se os sindicalistas de Lourenço Marques mantiveram posições equívocas sobre o racismo e se pode admitir-se que essas posições foram evoluindo, ao longo do tempo, a favor de um esclarecimento e de uma tomada de consciência que só não terá sido completa pela destruição do movimento com o advento da ditadura militar e a política portuguesa subsequente — se assim foi relativamente ao racismo, o mesmo se não poderá dizer quanto ao colonialismo.

O movimento sindical, tal como pode ser avaliado no estádio actual da investigação, quanto ao fenómeno colonial no qual ele, ao fim e ao cabo, se inseria, manteve-se uniforme, pode mesmo dizer-se unívoco. Não, evidentemente, apoiando o colonialismo enquanto tal. Mas seguindo sem qualquer tergiversação a pista que, vinda dos tempos do ultimato inglês e da geração de colonialistas liderada por António Enes, punha na conservação dos territórios africanos a principal razão de ser do patriotismo português. O chauvinismo empolado que foi um dos *leit-*



Aspecto do porto de Lourenço Marques em 1916, vendo-se dois navios alemães apresados pelas autoridades portuguesas aquando da declaração de guerra

motiv da propaganda republicana. E republicanos antes de tudo diziam-se os sindicalistas. Não somente porque, vindos de Portugal, era ainda da proclamação da República que, pelo menos durante alguns anos, esperavam o encaminhamento para o que chamavam da república socialista, mas também porque vieram encontrar no meio novo em que procuravam inserir-se, como inimigo principal dos seus ideais, a «talassaria», isto é, os que se identificavam com o antigo regime. Se bem que jamais tivessem deixado de equacionar o conflito principal em termos de luta de classes, destacando permanentemente que o que estava em causa era a eterna oposição entre explorados e exploradores, eles viam na República o ponto de partida indispensável à caminhada para o socialismo. Foi, aliás, um longo calvário o das desilusões que os sucessivos governos republicanos sobre as suas ingénuas esperanças foram lançando. Na sua táctica, portanto, era prioritária a defesa da República. E defender a República era, por igual, defender a integridade do território dito nacional, englobando as colónias.

De resto, como já dissemos, o sistema colonial estava longe de começar a ser problemarizado. Nem por intelectuais nem por organizações de trabalhadores. Quer as posições tomadas pelo Partido Socialista português quer as que vieram a ser expressas pelas organizações laborais portuguesas em congresso, aliás, radicais dentro dos limites em que se circunscreveram, atacavam a exploração com características de esclavagista que permanecia nas colónias mas deixavam intacto o sistema de que essa exploração era parte integrante.

Ainda aqui tornar-se-ia fundamental tomar na devida conta o desenvolvimento das forças produtivas, a estratificação das classes em presença, etc. De facto, quando o território estava no limiar da penetração do capitalismo, isto é, quando ainda quase se não pode falar de verdadeiras forças produtivas no território, como poderiam, em que termos, e em que circunstâncias, os sindica-

listas pôr-se o problema da desvinculação colonial? Mesmo que não estivessem profundamente condicionados por esse liame republicano de que falámos? Na altura, era, ainda, a utopia.

É certo que, nos anos vinte, quando o porta-voz dos sindicalistas de Lourenço Marques era o jornal *O Emancipador,* desenhava-se no espírito dos mentores do movimento operário a equação que hoje podemos considerar correcta. Os moçambicanos é que haveriam, um dia, de decidir do seu destino. A esse respeito, pode mesmo avançar-se que, convicto ou não, terá sido quem tal escreveu, o primeiro dos portugueses, talvez, a avançar com o que hoje nos parece a lógica mais elementar. Mas tal foi afirmado e circunstâncias que não permitem aceitar, sem mais, tal posicionamento como princípio arreigado e, muito menos, como impulsionamento de uma prática integradora da estratégia sindicalista.

A geração de colonialistas que definira e abrira o caminho para a fase derradeira do colonialismo português, isto é, para a fase do verdadeiro colonialismo, que informou toda a política colonial dos últimos anos da Monarquia, da República e mesmo do salazarismo, foi, não somente a geração que emprestou às camadas dirigentes a convicção colonial e lhe proporcionou os meios teóricos e práticos necessários à arrancada definitiva como também empolgou toda uma população, projectando o chauvinismo até fracções não desprezíveis do proletariado.

Para os sindicalistas portugueses de Lourenço Marques o patriotismo incorporava-se, na sua dimensão geográfica, da integridade do território africano e nisso em nada diferiam dos melhores colonialistas. *O Emancipador* de 23 de Maio de 1921, a propósito de uma sessão magna promovida pela Associação Filantrópica Académica de Lourenço Marques contra afirmações do deputado por Krugersdorp no Parlamento da África do Sul, 'sir' Abe Bailey, e segundo as quais Moçambique teria «vivido improgressivamente», diz não tomar parte porque as «suas ideias lhe não permitem andar de braço dado com os seus naturais inimigos— as *forças vivas*». *Isto diz, e mais, ser verdadeira a afirmação de «sir» Bailey. Mas, para o jornal operário,* uma coisa é a sua opção de classe, outra o seu patriotismo: 'sir' Bailey «não tem o direito de meter o nariz na casa alheia e isso é que é bom fazer-lho sentir dum modo bem *significativo. Aqui, em Moçambique, portuguesa* por direito de conquista, outrora, mas portuguesa por sacrifício de civilização, hoje, só os naturais terão direito, em tempo oportuno e ainda longínquo, a substituir os portugueses. Os ingleses não têm aqui nada que cheirar e é bom que, quando o façam sob o ponto de vista político, se enxotem com energia».

Se assim era relativamente à integridade territorial, o chauvinismo colonial subsistia na memória dos homens que o corporizaram e lhe garantiram o élan vital.

O Germinal de 1 de Fevereiro de 1916 não deixa passar em branco a vitória dos portugueses em Marracuene, com o 21.º aniversário no dia seguinte. Não é apenas a efeméride que se regista mas, muito mais, a data gloriosa da história africana dos portugueses que se comemora através de um verbo exaltado. O mesmo jornal, na edição de 14 de Março, apoia entusiasticamente a iniciativa do governador-geral de concluir a estátua «do grande Mouzinho». Além do mais, o dado sentimental a cimentar a convicção e a boa consciência da acção colonial: «Nesta redacção há quem servisse nas suas (de Mouzinho) fileiras, há quem ainda tenha *pela sua memória muita veneração». E a* primeira página do semanário da edição de 28 de Março era toda dedicada a «uma festa patriótica no Teatro Varietá, honrando a memória de Mouzinho de Albuquerque».

Alguns anos mais tarde, o número único *O Emancipador dos Trabalhadores,* de 6 de Setembro de 1920, a propósito de alguns periódicos locais tratarem o comandante João Belo por «grande amigo de Moçambique», afirma merecer-lhe tal tratamento algum reparo «por ninguém ainda se ter lembrado de juntar essa mercê aos nomes prestimosos de António Enes, Mouzinho de

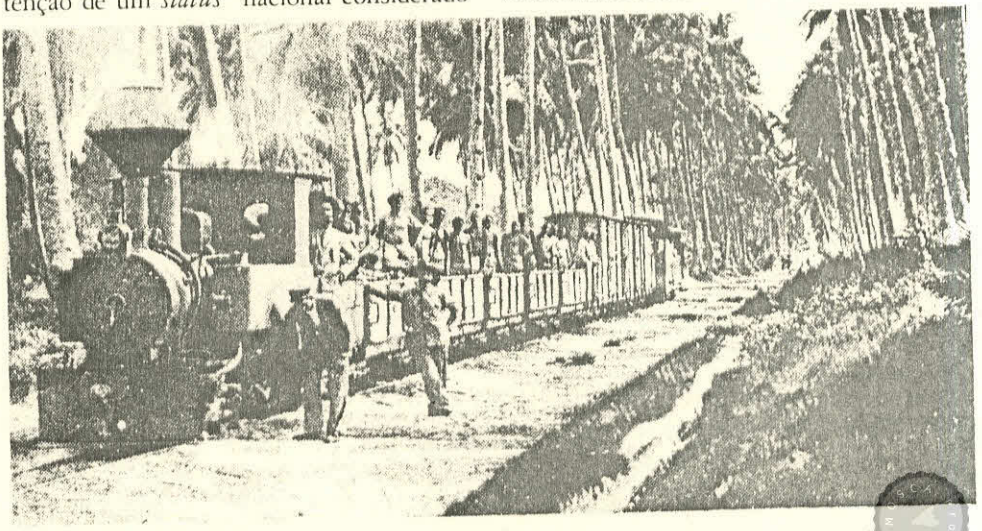
Albuquerque, Freire de Andrade e Massano de Amorim, figuras em destaque pelos relevantíssimos serviços prestados à Província...»

Justamente o desencadear da Primeira Grande Guerra foi o que hoje podemos tomar como pedra-de-toque para os trabalhadores organizados de então. Inclusivamente para os sindicalistas portugueses de Lourenço Marques. Era não só a guerra mas também, no caso português, a intervenção de um país pretextada exactamente pela sua qualidade de país colonial. Aí, os sindicalistas foram irrecusavelmente nacionalistas e patriotas do patriotismo republicano dominante. O jornal *O Germinal,* na sua edição de 20 de Outubro de 1914, em artigo de fundo, intitulado «Indiferentismo», lastimava a indiferença com que a população de Lourenço Marques recebeu a expedição militar acabada de desembarcar. A posição era clara e permaneceu inalterável, o que se deduz, sem qualquer hesitação, quer das afirmações peremptórias, quer das pequenas notícias tais como aquelas que noticiavam a mobilização de militantes sindicais e outras. As expedições militares eram, em Moçambique, a garantia da integridade territorial; antes de tudo, a missão patriótica de manutenção de um *status* nacional considerado nas suas componentes geográficas e mesmo sociais.

Outro dado convergente é o apoio entusiástico, ainda de *O Germinal,* à campanha da associação local *Pró-Pátria* em defesa da «colonização» por famílias europeias a estabelecer em vários pontos do distrito e não somente no Umbelúzi.

No Congresso Operário de 1915, Eduardo Franco Martins, que de si mesmo se dizia de princípios libertários, apresentou uma tese sobre «a melhor forma de obter dos elementos patronal e do Estado a protecção que estes devem aos trabalhadores...» A causa última que busca para a «protecção», assim como o objectivo do congresso, não são os interesses dos próprios trabalhadores, mas «o desenvolvimento das nossas colónias, especialmente a Província de Moçambique».

E *O Emancipador,* já em 1924, na sua edição de 6 de Outubro, lastimava a falta de trabalho, em Lourenço Marques, para o emigrante português: «para que no futuro Moçambique fosse o que deveria ser: um pequeno ou grande país onde cada qual encontrasse no trabalho a recompensa do seu esforço e onde a língua portuguesa constituísse o idioma duma terra nova, como aconteceu no Brasil».



Grande parte dos trabalhadores autóctones de Moçambique eram assalariados agrícolas, como os que se vêem neste pequeno comboio dos palmares da Zambézia